



**SINDUSCON-AM**  
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

**newsletter** | Edição I  
Ano 1  
Janeiro

31/01/2017

**D24am**

## **Arrecadação de tributos federais cai R\$ 1 bilhão no AM em 2016, aponta Receita**

Segundo dados da Receita Federal a queda na arrecadação é consequência da crise econômica; em 2016, a arrecadação chegou a 14,67 bilhões

Manaus - A arrecadação de tributos federais caiu R\$ 1,08 bilhão no Amazonas, em 2016, segundo dados da Receita Federal, sentindo reflexos da crise econômica. Os dados levam em conta o desconto do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial.

Durante todo o ano de 2016, a arrecadação de tributos federais chegou a R\$ 14,67 bilhões no Estado, uma queda de 6,88% em comparação com o registrado em 2015, que foi de R\$ 15,76 bilhões.

A queda é reflexo da crise econômica que afeta o Polo Industrial de Manaus (PIM), onde as empresas reduziram o volume de produção. O efeito negativo se estende aos setores de serviços e comércio, que sentem a retração do poder de compra do consumidor.

A maior parte da arrecadação foi obtida com tributos relacionados à Previdência. Nessa modalidade, os cofres federais arrecadaram R\$ 3,84 bilhões em 2016, 12,12% ou R\$ 529,85 milhões a menos que no ano anterior.

O Imposto de Importação (II) somou R\$ 581,21 milhões, no Amazonas, entre janeiro e dezembro do ano passado. A queda em relação a 2015 foi de 15,05%. Já a arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) retraiu em 26,8%, com um total de R\$ 154,79 milhões em 2016.

O Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) chegou a R\$ 215,39 milhões, mas foi menor que os R\$ 236,84 milhões de 2015. O Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) registrou R\$ 1,15 bilhão arrecadados, volume 10,19% inferior a 2015.

Um dos únicos tributos a registrarem crescimento foi o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), que somou R\$ 2,17 bilhões no passado. O resultado foi 13,23% sobre os números de 2015, que totalizaram R\$ 1,92 bilhão.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi outro tributo que cresceu em 2016. A arrecadação chegou a R\$ 1,5 bilhão, contra R\$ 1,26 bilhão em 2015.

## Economia vai voltar a crescer já no 1º tri, apostam FGV e governo



A economia brasileira vai voltar a crescer já no 1º trimestre, de acordo com relatório do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A previsão é de alta de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) após o que devem ser 8 trimestres seguidos (dois anos inteiros) de queda.

O PIB do 4º trimestre só será divulgada em 07 de março, mas todos os indicadores disponíveis até o momento apontam para um número negativo.



## **INFLAÇÃO – ANALISTAS DO MERCADO PROJETAM QUEDA PELA QUARTA SEMANA SEGUIDA**

Pela quarta semana consecutiva, analistas do mercado financeiro estimaram menos inflação para este ano. De acordo com o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (30), o mercado projetou um recuo de 4,71 para 4,70 por cento no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país. O valor se enquadra dentro do teto estabelecido para este ano, de seis por cento.

Em relação à taxa básica de juros, o mercado manteve a projeção estável para 2017. A expectativa dos analistas é que este ano termine com a Selic em 9,5 por cento. Para 2018, o mercado estima que a taxa fique em nove por cento, contradizendo a estimativa de 9,38 por cento, projetada anteriormente.

Já para o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, o mercado projetou um crescimento de 0,5 por cento para este ano, mantendo, assim, a mesma expectativa da semana anterior.

O Boletim Focus é divulgado todas às segundas-feiras pelo Banco Central e apresenta os resultados de um levantamento diário feito com as previsões de mais de 100 bancos, gestores de recursos e outras instituições. Os resultados apontam quais são as perspectivas do mercado para as principais variáveis da economia.

# Desemprego atinge recorde de 11,5% em 2016



RIO - A taxa de desemprego no país atingiu 11,5% em 2016 e o número de desempregados atingiu 11,8 milhões, informou o IBGE na manhã desta terça-feira. É a maior taxa já registrada pelo IBGE na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Em 2015, a taxa média do ano já havia disparado e ficado em 8,5%, com 8,6 milhões de pessoas desempregadas, contra os 6,8% do ano anterior. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) Trimestral, divulgados nesta terça-feira pelo IBGE. Analistas ouvidos pela Bloomberg projetavam uma taxa entre 11,6% e 12%, com a mediana em 11,9%.

Em dois anos, o número de desempregados quase dobrou. Eram 6,7 milhões de desocupados em 2014 e 11,7 milhões em 2016.



31/01/2017 às 10h51 1

## Déficit primário do setor público atinge 2,47% do PIB em 2016

Por Eduardo Campos e Cristiane Bonfanti | Valor



**BRASÍLIA** - (Atualizada às 11h13) O setor público consolidado encerrou 2016 com um déficit primário de R\$ 155,791 bilhões. Apenas em dezembro, o resultado foi deficitário em R\$ 70,737 bilhões. O resultado do ano equivale a 2,47% do Produto Interno Bruto (PIB), recorde, e é ainda pior que o déficit de R\$ 111,2 bilhões (1,85% do PIB) visto em 2015.

Em dezembro de 2015, o déficit tinha sido de R\$ 71,729 bilhões, captando o pagamento das chamadas “pedaladas fiscais”.

O resultado do mês reflete um resultado negativo do governo central de R\$ 64,248 bilhões e um déficit de R\$ 6,424 bilhões dos Estados, municípios e suas respectivas estatais.

No ano, os Estados, municípios e sua estatais registraram um superávit primário de R\$ 4,519 bilhões ou 0,07% do PIB, enquanto o governo central teve um déficit de R\$ 160,309 bilhões ou 2,54% do PIB.

A meta de déficit para o setor público consolidado para o ano era de R\$ 163,942 bilhões ou 2,64% do PIB. Para o governo central, a meta era de um déficit R\$ 170,5 bilhões, ou 2,75% do PIB e para os entes subnacionais a proposta era de superávit de R\$ 6,554 bilhões. A proposta inicial para o ano era de um superávit de R\$ 30,5 bilhões ou 0,5% do PIB, sendo R\$ 24 bilhões do governo central. Para 2017, a proposta é de novo déficit de R\$ 139 bilhões.

Em entrevista concedida na segunda-feira (30), a Secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, informou que o Tesouro trabalhava com uma margem prudencial para cobrir o resultado dos entes subnacionais de R\$ 16,2 bilhões.

### Nominal

No conceito nominal de resultado fiscal, que inclui os gastos com juros, houve déficit de R\$ 562,815 bilhões em 2016, o que equivale a 8,93% do PIB. O resultado é melhor do que o déficit recorde de 10,22% do PIB visto em 2015 e isso é resultado da redução dos gastos com juros. A conta caiu de 8,36% do PIB para 6,46%, ou R\$ 407,024 bilhões.

Essa diminuição na conta de juros capta o ganho de R\$ 75,562 bilhões que o BC teve ao longo de 2016 com as operações de swap cambial. Em 2015, tinha sido registrada perda de R\$ 89,657 bilhões.

No mês de dezembro, o déficit nominal somou R\$ 105,237 bilhões, resultado de um déficit primário de R\$ 70,737 bilhões somado a um gasto com juro de R\$ 34,499 bilhões.

Para 2017, o BC estima déficit nominal de 8,6%, sendo o gasto com juro de 6,5% do produto.

Os dados não incluem Petrobras e Eletrobras. Os bancos estatais também não entram na conta, pois as estatísticas se referem ao setor público não financeiro.

# Nova letra imobiliária pode ser lançada no fim do 1º semestre

Por Eduardo Campos | De Brasília



Promessa de nova fonte de financiamento para o setor de habitação desde outubro de 2014, a Letra Imobiliária Garantida (LIG) deve finalmente sair do papel e se tornar operacional já no fim do primeiro semestre deste ano. O Banco Central (BC) vai ouvir sugestões do mercado até 30 de abril para depois editar a esperada regulamentação do produto.



Otavio Damaso, do BC: instrumento bastante conhecido pelo estrangeiro

A LIG é o equivalente nacional do "covered bond", instrumento de captação de longo prazo, garantido por um pool de ativos, que deve ser suficiente para pagar a todos investidores em caso de falência do emissor. A legislação prevê isenção de Imposto de Renda tanto para residente quanto para o investidor estrangeiro.

"Até o fim do primeiro semestre já devemos ter condições de ter esse instrumento no mercado", disse o diretor de Regulação do Banco Central (BC), Otavio Damaso, ao explicar que após a consulta pública serão necessários mais um ou dois meses de análise até a regulamentação chegar ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

A regulamentação da LIG definirá as condições de emissão, quais instituições poderão emitir o título, os limites a serem observados, como o volume emitido não superar 10% do capital, além de condições de resgate e que tipo de ativos poderão compor as garantias. O título terá de ser registrado em centrais como a Cetip e a BM&FBovespa.

Sobre a possibilidade de oferta pública, a chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro (Denor), Silvia Marques, explicou que a Comissão de Valores Mobiliários (CMV) já tem regras próprias sobre o tema, mas se entender que precisa de diferenciação com relação à LIG poderá adotar regras específicas.

Damaso explicou que esse é um instrumento bastante conhecido do mercado internacional e, por isso, tem potencial de atrair o investidor estrangeiro. O "covered bond" é bastante difundido na Europa, onde estruturas semelhantes existem desde o fim do século XVIII. Como exemplo, o diretor citou que esse mercado movimentou € 2,6 trilhões em 2015, sendo que de 20% a 30% desse montante estava alocado no mercado imobiliário.

Questionado se o modelo da LIG poderia ser expandido para outros setores, como infraestrutura, Damaso apontou que no momento o foco é fazer a melhor regulamentação possível para o instrumento ser utilizado no mercado imobiliário.

"Temos grande expectativa com relação à LIG. É um instrumento bem conhecido, que oferece dupla garantia e se espera que seja mais uma fonte de captação para o financiamento imobiliário", disse Damaso.

Ainda de acordo com o diretor, a LIG não deve concorrer com outros instrumentos já existentes, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCI). "Cada instrumento atende a um perfil de investidor. Não acredito que terá deslocamento das fontes de captação. Terá um aumento das fontes", disse.

A LIG se apresenta como uma alternativa de funding à tradicional caderneta de poupança, que teve saques de quase R\$ 100 bilhões nos últimos dois anos, levando o governo a tomar medidas emergenciais para garantir recursos ao setor. O problema não foi maior em função da recessão histórica dos últimos anos, que derrubou a demanda e consequentemente o ritmo de concessões de financiamento imobiliário em mais de 20% no ano passado. O estoque de crédito imobiliário cresceu apenas 7% em 2016, para R\$ 534,374 bilhões, depois de anos crescendo ao menos 20%. Em proporção ao PIB, a fatia é de cerca de 9,5%.

A LIG foi criada pela medida provisória 656 de outubro de 2014, posteriormente convertida na lei 13.097 de janeiro de 2015. Desde então o título aguardava regulamentação.





**SINDUSCON-AM**  
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAPÁ

# CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2017

## NÃO ESQUEÇA!

As empresas representadas pelo SINDUSCON-AM têm até o dia 31 de janeiro de 2017 para fazerem o recolhimento da Contribuição Sindical, sem multa.

Esta contribuição é **COMPULSÓRIA**, conforme descrito no Art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O não recolhimento no prazo prevê multa de 10% do valor principal no primeiro mês de atraso, com adicional de 2% nos meses subsequentes, além de juros e mora de 1% ao mês.

### Vantagens

- ✓ Representatividade na defesa dos interesses do setor;
- ✓ Orientações sobre a Convenção Coletiva de Trabalho;
- ✓ Assessorias Jurídica, Econômica, Fiscal, Relações do Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- ✓ Capacitações e Eventos nas áreas de:
  - *Segurança e Saúde do Trabalho;*
  - *Qualificação e Requalificação Profissional;*
  - *Qualidade e Produtividade;*
  - *Fiscal/Tributária;*
  - *Novas Tecnologias.*

**FORTALEÇA O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL**



**SINDUSCON-AM**  
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAPÁ

Telefones: (92) 3622-1529 (92) 3622-6525

Site: [www.sinduscon-am.org.br](http://www.sinduscon-am.org.br)

e-mail: [administracao@sinduscon-am.org.br](mailto:administracao@sinduscon-am.org.br)